

## INFORMAÇÃO E REFORMA DO REGIME DEMOCRÁTICO

*José Nuno Lacerda Fonseca*

Resumo Este artigo analisa, numa perspectiva crítica, algumas relações entre falhas de informação dos cidadãos e regime democrático. Depois de uma identificação dos problemas e da análise dos actuais mecanismos para limitar as falhas informativas (utilização de sinais genéricos, grupos de referência, análise especializada), propõem-se vários novos mecanismos de optimização da decisão eleitoral e da qualidade governativa democrática. São colocados em questão alguns paradigmas processuais da democracia tentando, contudo, salvaguardar e desenvolver valores democráticos.

Palavras-chave democracia; informação; participação; elites.

### O contexto histórico

A questão da informação do cidadão foi sempre muito delicada para a democracia. Desde o início que são conhecidas as posições “elitistas” de Platão e os receios de Aristóteles sobre a clarividência política de certos estratos sociais. Vários séculos depois, no retorno da democracia lutando contra o centralismo monárquico (ainda no século XIX Hegel defendia a monarquia constitucional), Thomas Jefferson considerou a sua *Bill for the More General Diffusion of Knowledge* uma peça-chave na reforma da democracia. Jefferson dizia que “a fé na liberdade e governo do povo é, no fundo, fé na educação” (Peterson, 1975).

Depois de a democracia se ter claramente afirmado sobre a monarquia, já no século XX, recomeçaram a avolumar-se as críticas “elitistas” da democracia (Pareto, Mosca, Michels, Schumpeter, Lipset, Sartori), de alguma forma relacionadas com a suspeita de que o eleitor não está suficientemente informado para controlar o sistema político.

Em 1957, Anthony Downs, apoiado pelo seu orientador Keneth Arrow, tenta aplicar métodos da economia à questão da informação na democracia,<sup>1</sup> vindo a estimular uma extensa literatura sobre este assunto.<sup>2</sup> Downs tentou mostrar a ausência de incentivo do cidadão para se informar e intervir “racionalmente” na política. Mais ou menos na mesma altura, surgiu uma série de estudos, com base em inquéritos, mostrando que o eleitor sabe muito pouco dos assuntos discutidos pelos políticos. Por exemplo, não conhece o nome dos seus representantes (Almond e Verba, 1963; Kinder e Sears, 1985). Poucos eleitores conseguem identificar correctamente as posições dos candidatos e a maior parte nem sequer tem opinião sobre os principais assuntos da agenda política (Berelson, Lazarsfeld e McPhee, 1954; Campbell, Converse, Miller e Stokes, 1960). Parece até que os eleitores pouco se importam com a sua falta de informação, sendo patente o desinteresse por questões políticas (Lane, 1996).<sup>3</sup>

Se os eleitores não estão informados então como é que decidem racionalmente, se é que o fazem? Esta tem sido a pergunta por detrás de uma importante literatura sobre este assunto. Parece que os eleitores baseiam as suas decisões na lembrança simplificada de ocorrências em anteriores acções políticas dos candidatos (Key, 1966; Kramer, 1971; Fiorina, 1981), bem como nas posições políticas expressas por grupos sociais de referência e outro tipo de informações simples (Popkin, Gorman, Phillips e Smith, 1976; Kulinski, Metlay e Kay, 1982; Popkin, 1995), como, por exemplo, a ideologia (Glazer e Grofman, 1989), a imagem dos candidatos (Kinder e Abelson, 1981), ou as flutuações da situação económica do país (Bloom e Price, 1975).

Como tentam mostrar Shanks e Miller (1985) relativamente poucos eleitores analisam as posições dos candidatos. No modelo destes autores, o eleitor apenas considera as características pessoais dos candidatos, a ideologia política (esquerda/direita), a atitude emocional face aos candidatos, etc.

Baseados no conceito de *availability heuristic* postulado por Tverski e Kahneman (1973), podemos também concluir que o eleitor despreza a informação menos recente por não estar tão bem presente na memória. O julgamento por estereótipos está também presente (Bodenhausen e Wyer, 1985; Bodenhausen e Lichtenstein, 1987) em detrimento de análises mais lógicas.

Parece, pois, que os eleitores utilizam processos mentais extremamente simplificados, por vezes chamados “processos heurísticos”,<sup>4</sup> recorrendo a “atalhos” (*shortcuts*) para chegar a uma decisão baseada em pouca informação. Aliás Downs considerou estes atalhos já na sua obra de 1957.

Parece, contudo, serem de realçar dois processos eventualmente mais eficazes para chegar a boas decisões, com pouca informação, e que aqui serão analisados mais adiante:

- a utilização de indicações dadas ao eleitor por grupos ou entidades de referência;
- a concentração especializada da atenção de cada eleitor num assunto específico, para que, na sua globalidade,<sup>5</sup> o eleitorado efectue opções “informadas”.

De qualquer forma, a questão será saber até que ponto é que estes processos simplificados substituem análises mais profundas por parte do eleitor.

Para se analisar, muito sumariamente, os processos que os eleitores utilizam para decidir mesmo com pouca informação, pode classificar-se esses processos em três categorias: 1) utilização de sinais genéricos; 2) utilização de grupos de referência; 3) análises segmentadas especializadas.

### Utilização de sinais genéricos

Neste caso, os eleitores analisam apenas alguns sinais (factos ou informações que constituem situações políticas mediáticas, como os aspectos da vida pessoal dos candidatos, imagem do candidato, ideologia genérica, expressão de princípios

gerais, estado geral da economia, etc.). Destas situações políticas mediáticas, de carácter geral, induzem sobre a qualidade e adequação das acções políticas concretas e específicas, efectuadas ou a efectuar pelos candidatos.

Claro que na vida normal (na economia e na cooperação quotidiana entre os cidadãos) este tipo de indicações genéricas, sobre a vida das pessoas, pode dar indicadores probabilísticos sobre como elas se comportaram e comportarão em situações específicas. De facto, se um indivíduo tem uma imagem "normal", se tem uma vida sem crimes nem "escândalos", se tem trabalhado em organizações sem sucedidas, se tem um currículo importante, se expressa princípios correctos sobre uma dada área de actuação, morais e técnicos, nos quais os eleitores se reconhecem, então é provável que estes se sintam inclinados a confiar-lhe algumas tarefas nessa área de actuação, esperando que as efectue capazmente. É também claro que os eleitores se podem enganar consideravelmente. O melhor seria sempre uma análise mais concreta, analisando a motivação e eficácia dos seus anteriores actos concretos nessa área de actuação, ou em áreas similares, ou, ainda, submetendo esse indivíduo a uma fase de teste. Mesmo este cuidado, aliás habitual no recrutamento empresarial, não dispensa a futura análise detalhada da eficácia da sua actuação nas tarefas que lhe forem confiadas. Sendo esta análise, *a posteriori*, o acto crucial que decide sobre a carreira do analisado.

Ora na vida política parece que os eleitores escassamente fazem estas análises mais concretas, o que evidentemente induz os representantes políticos a preocuparem-se sobretudo com as situações mediáticas de carácter geral. Ao contrário do que acontece com a vida empresarial e social, em que essa avaliação, concreta e posterior, é a norma (através do mercado económico ou da proximidade social), a esfera político-eleitoral parece ter motivos para desprezar relativamente a qualidade dos seus actos técnicos (concretos) de intervenção na vida económica e na qualidade de vida, pois estes nunca serão avaliados profundamente pela generalidade dos eleitores. Quanto muito, os eleitores julgarão esses actos através dos seus efeitos na situação económica dos países e regiões, mas esse não é um julgamento efectivo da qualidade intelectual dos actos técnicos políticos, pois muitos outros factores se conjugam com estes para determinar as performances económicas.

Parece ser de reconhecer, aliás, que na vida política, através do uso de mecanismos mediáticos, pode ser acentuado um certo "desligamento mediatizado" entre informações genéricas, facilmente mediatizáveis, e informações concretas, de carácter mais técnico.

Se mesmo noutras esferas da vida (onde a "cosmética" mediática sobre as informações genéricas é mais difícil de fazer) a avaliação através de informações genéricas não bastaria, muito menos bastará num quadro de cosmética mediático-política e de grande relevância das opções eleitorais.

Em suma, a avaliação dos candidatos através dos sinais genéricos é um método cuja eficácia não se pode comparar à do método que deveria ser utilizado por um cidadão verdadeiramente informado.

Contudo, existem investigações laboratoriais que podem ser interpretadas como uma tentativa de mostrar que estes sinais genéricos constituem indicadores

fiáveis. Uma das mais ricas e exemplificativas investigações deste tipo é a de McKelvey e Ordeshook (1985, 1986).

Estes autores desenvolveram uma situação laboratorial em que os “eleitores” têm apenas a seguinte informação:

- a) os “eleitores” têm acesso a informação sobre o impacto que as anteriores políticas dos “eleitos” tiveram nos seus rendimentos;
- b) adicionalmente, têm informação de quais as posições políticas dos vencedores de anteriores eleições. Estão também informados dos efeitos que cada posição política terá nos seus rendimentos e possuem ainda informação de quais os candidatos mais à “esquerda” ou à “direita”. Os “eleitores” não têm qualquer outra informação sobre os candidatos.

Comparando esta experiência com outra (Collier, McKelvey, Ordeshook e Williams, 1987), em que só se verificava a anterior condição a), na qual os eleitores nada sabem sobre as posições políticas dos candidatos, McKelvey e Ordeshook (1990) concluem que não existe grande diferença entre a situação só com a) e a situação com a) e b). Daqui poderia concluir-se que o conhecimento dos eleitores sobre as posições políticas dos candidatos não tem grande importância, pelo que não haveria necessidade de muita preocupação com a informação do eleitor.

Contudo, é de notar que uma das condições introduzidas nestas experiências é que o “eleitor” conhece quais as alterações nos seus rendimentos que são derivadas das opções políticas tomadas pelos governantes que serão futuros candidatos. Ora tal é já uma importantíssima informação que habitualmente, na prática, os eleitores não têm. Aliás, esta experiência laboratorial só considera dois candidatos e duas questões políticas com opções quantificáveis de forma muito simples, o que simplifica muito a análise do eleitor. Na prática real, com muitos candidatos e questões, seriam precisas muito mais do que as 25 eleições (consideradas na experiência) para o eleitor atingir um conhecimento efectivo dos candidatos, que teriam, além do mais, de ser sempre os mesmos, o que é excessivamente irreal.

É, aliás, bem conhecido o risco das generalizações sobre situações laboratoriais, embora experiências deste tipo continuem a evoluir (Williams, 1994). Parece que se terá de continuar a achar que os “sinais genéricos”, efectivamente disponíveis na realidade, não permitem um método eficiente para a análise política, isto é, não constituem um método que leve às mesmas conclusões de uma análise plenamente informada.

Contudo, a utilização de sinais ou indicadores simplificados é um método que deve ser desenvolvido, pois, se os indicadores forem objectivos, podem ser especialmente úteis. Tal acontecerá, por exemplo, se os indicadores expressarem efeitos dos actos políticos concretos e não indicações genéricas sobre os candidatos, que levam a induzir sobre a actual ou futura qualidade dos seus actos. Torna-se, pois, importante chegar a consenso sobre uma série de indicadores (evolução do produto interno bruto *per capita*, evolução de indicadores objectivos de saúde, etc.) que deverão constituir a base da análise das performances políticas, sustentando objectivamente atitudes de voto negativo e retrospectivo.

Claro que estes indicadores serão influenciados por factores socioeconómicos externos à actividade política, por isso o importante será a comparação entre governações de diferentes países e regiões afectadas por conjunturas externas idênticas (uma acção de *benchmarking* político).<sup>6</sup> Uma *constituição informacional* poderá vir a ter de conter a definição de indicadores deste tipo, a partir do que os cidadãos serão formados e informados para os analisarem mais facilmente.<sup>7</sup> Evidentemente terão de ser organismos politicamente independentes a informarem o eleitor sobre o estado destes indicadores, permitindo, por parte destes, uma certa *avaliação eleitoral automática*, certamente bastante mais bem informada que a actual.<sup>8</sup>

*Constituição informacional e avaliação eleitoral automática* são propostas normativas que se consideram passíveis de vir a ser implementadas, mas que não se verificam na actualidade. O seu estatuto é um estatuto especial que aqui se passará a designar pelo neologismo “atractor”. Um atractor será uma certa situação, objectiva e descrita de forma concreta, de relacionamento social inexistente na actualidade, que se propõe aqui como hipótese de resolução de certo problema social. Inscreve-se, pois, no campo das propostas (isto é, no campo do “dever ser”) e não no campo realidade actual (isto é, no campo do “ser”), apesar de tentar ser a extrapolação de factos sociais emergentes que parecem estar a constituir resposta a certos problemas sociais. Por exemplo, como já referido, o atractor *avaliação eleitoral automática* pode ser extrapolado da existência actual de indicadores de avaliação estatística e objectiva de performance dos países que não se limitam a indicadores de crescimento económico. Os diversos atractores propostos no presente texto serão apresentados em itálico.<sup>9</sup>

Finalizada aqui esta nota sintética sobre o estatuto dos atractores e das propostas centrais deste texto pode continuar-se a falar de alguns outros atractores, continuando, apenas, a tentar expressar novas dinâmicas de informação eleitoral.

No sentido de permitir um mais fácil acesso à informação talvez se deva incentivar que múltiplos grupos de independentes se candidatem a eleições, tendo estes grupos verdadeira personalidade colectiva (seriam algo como *empresas de governação*, que poderiam evoluir desde a gestão de uma pequena autarquia até várias autarquias limítrofes ou, quiçá, até ao nível nacional).<sup>10</sup> Estaríamos perante um verdadeiro mercado de serviços de governação, cuja relação com os partidos ficaria em aberto (cada *empresa de governação* escolheria até que ponto se quer envolver com os partidos), sem prejuízo das atribuições genéricas destes.

Este desenvolvimento da microbase regional para campos mais vastos iria deixando uma série de referências (sinais) práticas aos cidadãos, facilmente acessíveis por serem de carácter local muito circunscrito. Estaríamos perante uma visão menos sindical — classista da política e mais regionalizada, o que talvez hoje já seja possível e talvez conveniente devido à menor importância dos conflitos militares e, portanto, dos estados nacionais (Hirst, 1996). Parece interessante considerar um atractor em que estas *empresas de governação* fossem criadas pelas grandes empresas de consultoria empresarial actualmente existentes. Embora a reflexão de Kay Lawson e Peter Merkl (1983), sobre a emergência de organizações de substituição dos partidos políticos seja mais pró-associativa e comunitarista oferece importantes referências para pensar esta lógica de substituição e complemento.

Se entendermos que parte do que Downs expressou sobre a falta de motivação do eleitor para a informação é verdade, e se entendermos que os sistemas sociais acabam por encontrar soluções para os seus problemas (através da metamorfose desses sistemas), podemos imaginar alguns outros atractores para promover a motivação do eleitor. Atractores estes que expressam formas de motivar o cidadão, para a obtenção de informação, que poderão, espera-se, ultrapassar as limitações das análises por sinais gerais.

Um exemplo de um desses atractores será o *voto cognitivo ponderado*. O peso do voto dos cidadãos com maiores conhecimentos, num dado tema, deve ser maior nas votações sobre esse tema.<sup>11</sup> Para evitar rupturas elitistas, este princípio pressupõe a existência de educação e formação específicas, abertas a todos, bem como sistemas de avaliação (provas) credenciando o peso do voto de cada eleitor. Está-se a supor a existência de votações por temas, como os referendos e outras formas possíveis que poderão vir a tornar-se mais importantes que as votações genéricas da actualidade. Esta questão voltará a ser tratada mais à frente, por altura da discussão sobre o problema da análise segmentada especializada. Mas em relação a este atractor *voto cognitivo ponderado* parece serem de referir algumas experiências concretas que podem prefigurar esta tendência, como as experiências práticas desenvolvidas por Ned Crosby, nos EUA, e Peter Dienel, na Alemanha, sobre o conceito de *citizens jury*.<sup>12</sup> James Fishkin (1993; 1995) desenvolveu também “sondagens deliberativas”,<sup>13</sup> que diferem das clássicas porque a amostra de cidadãos só decide após ouvir argumentos e participar em debates sobre as eleições presidenciais e outras questões. Stewart (1996) refere-se a outras variantes destes mecanismos de *sondagem deliberativa e informada*.

Um outro atractor a considerar no sentido de motivar o cidadão para a informação seria a eventual existência de uma *escola crítica do cidadão* que fornecesse todo o trajecto informativo para uma compreensão cabal de cada tema da agenda política à medida que o cidadão se fosse interessando por ele.<sup>14</sup> Para além de ser uma *escola do cidadão*, com esta característica de subordinação aos temas da agenda política de cada momento, poderia ser uma escola crítica no sentido em que poderia fornecer informação sobre perspectivas marginais, minoritárias ou emergentes ainda não suficientemente expressas no sistema partidário e mediático.

Ainda no sentido de motivar para a procura de informação poderá ser expresso o atractor *voto fiscal*, consubstanciando a possibilidade de cada eleitor decidir, directa e individualmente, que entidade e que actividade, pública ou social, utilizaria parte significativa dos seus impostos.<sup>15</sup> Naturalmente será de esperar assim uma motivação especial para a relação informativa mais directa do cidadão com essa actividade(s) e entidade(s);

Um outro atractor, *autonomia ideológica*, inscreve-se na tendência para a descentralização do sistema político. De facto, não só a descentralização geográfica deve ser considerada no sentido clássico que, por exemplo, lhe é dado por Philipponneau (1981), mas também a descentralização temática, sobretudo aquela que consiste na passagem de funções do estado para grupos de cidadãos organizados sobre temas específicos. Este processo poderá constituir uma motivação importante para esses grupos no sentido de obterem informação. Mas será que este processo

terá de se restringir à elite de dirigentes associativos e comunitários? Paul Hirst (1994) traça um quadro extremamente vasto das potencialidades deste tipo de descentralização, geográfica e temática, através do desenvolvimento do papel das associações. O seu atrator *democracia associativa* não esgota, contudo, o conjunto de atratores referentes à tendência de descentralização. De facto, além de descentralizações geográficas e temáticas é possível falar em descentralizações ideológicas e filosóficas. De facto, porque é que aos candidatos, listas, facções e partidos derrotados não poderá ser outorgado também algum poder, nomeadamente partilhando parte importante do poder financeiro do estado (ou do organismo em causa) com o mesmo grau de autonomia da entidade governativa eleita? Este atrator *autonomia ideológica* poderia mobilizar o cidadão para uma maior proximidade e envolvimento, pois haveria sempre um importante espaço de intervenção, mesmo para os “derrotados”. Além do que, possivelmente, estimularia o aparecimento de novos partidos políticos e facções, eventualmente expressando melhor a diversidade social dos eleitores.<sup>16</sup>

Evidentemente muitos outros atratores podem ser concebidos como resposta às limitações da relação entre informação e eleitor. Interessa aqui apenas polemizar o debate sobre estas dinâmicas e não mais que tal. Mais adiante serão também referidos alguns atratores referentes aos capítulos “grupos de referência” e “análise segmentada especializada”.

Em suma, embora reconhecendo-se as limitações informativas do eleitor e a dominância da dinâmica actual de efectuar “análises” mediante sinais genéricos, parecem possíveis desenvolvimento de tipos de sinais informativamente eficientes, bem como de mecanismos novos para motivar o cidadão para a procura de mais informação. Contudo, estes novos mecanismos constituem lógicas que, embora não antidemocráticas, juntam vertentes claramente novas à democracia, via novas relações entre o eleitor e a informação. Neste contexto poderá, talvez, ilustrar-se esta evolução da democracia, considerando-a como a evolução para uma “demosofia” (*demos* = povo + *sofia* = conhecimento).

### Grupos de referência

Vários autores consideram relevante para o voto informado a utilização de indicações dadas ao eleitor por grupos ou entidades de referência (McKelvey e Ordeshook, 1984, 1985a, 1987, 1990; Grofman e Norrander, 1990; Converse, 1990; Teske, Schneider, Mintrom e Best, 1993, 1995; Grofman e Withers, 1995).

Contudo, os autores citados têm subentendido, em geral, o funcionamento deste grupos em condições muito limitativas da utilização de grupos de referência na generalidade das questões da governação.

De facto, estes autores têm afirmado a validade de grupos de referência apenas nas seguintes condições:

- a existência de um eixo esquerda/direita, no qual se definem as posições políticas em relação a todas e cada uma das questões em análise;

- conhecimento, por parte do eleitor, de qual a sua posição neste eixo em relação a todas e cada uma das questões em análise;
- grupos de referência (ou individualidades) cujas posições políticas o eleitor sabe situar neste eixo;
- conhecimento, por parte do eleitor, da opinião (contra ou a favor) destes grupos em relação às posições dos diversos candidatos.

Claro que neste caso o eleitor consegue situar-se em relação à posição dos diversos candidatos. Aliás, é este o papel desempenhado pelos partidos e *lobbies* públicos, enquanto grupos de referência, que facilitam ao cidadão tomar posição apenas com uma base ideológica e sem análise do valor concreto das posições assumidas pelos candidatos. De facto, podem existir muito boas e muito más políticas de esquerda ou de direita, sendo impossível ao cidadão discernir, através deste sistema. Isto para já não falar da dificuldade de definir, no eixo esquerda/direita, muitas posições ambientais, éticas, educativas, informativas, etc.

Será possível promover grupos de referência que, para além de se situarem num eixo ideológico, se fixem num eixo da qualidade das políticas?

Por exemplo, poderia eventualmente ser promovido um *conselho distal* (distal por ser relativo ao distante longo prazo) de especialistas nas diversas áreas que se pronuncie sobre a qualidade das governações numa perspectiva de longo prazo. É sabido que as questões mais estruturantes para as sociedades modernas (ambiente, educação, investigação, cultura, etc.) são as de efeitos complexos a longo prazo e, portanto, dificilmente analisáveis pelos eleitores.

Esses especialistas poderiam manter-se em funções por um longo prazo e deveriam, exclusiva e vitaliciamente, ser remunerados em função do desenvolvimento, no longo prazo, de certos indicadores objectivos (PIB, criminalidade, grau expresso de satisfação pública, mortalidade, etc.). Podemos até supor um atrator em que este *conselho distal*, depois de ter sido nomeado democraticamente, exerça alguns poderes executivos ou legislativos. Neste caso, já não se trataria de um grupo de referência, mas de um mecanismo, mais amplo, compensatório da falta de informação do cidadão.

De notar como este atrator se pode combinar com o atrator, de J. Fishkin, *sondagens deliberativas* atrás referido. Podemos definir um novo atrator constituído por um conselho cuja função será convocar sondagens deliberativas sobre questões que esse conselho considere que o sistema dos partidos políticos está a tratar menos convenientemente. Uma espécie de monitor do sistema político, baseado, afinal na ideia matricial, atribuível a Montesquieu, sobre o controlo mútuo de poderes, que tem sido uma das bases dos sistemas políticos modernos (Troper, 1995).<sup>17</sup>

Como argumento a favor deste sistema de monitoragem/controlo, note-se que, no actual sistema de alternância partidária, os “controladores” (vencedores de eleições) podem vir a ser controlados pelos que agora controlam, o que pode inibir a sua acção e predispor a um estilo de controlo limitado na sua agressividade e profundidade. Por isso, podem, por exemplo, existir inibições ao controlo efectuado pelo parlamento e pelas oposições políticas sobre os Governos. Seria,

portanto, interessante um controlo de natureza distante a efectuar por um organismo que se exima a esta dialéctica de substituição entre partidos políticos.

Outro exemplo de mecanismo compensatório de incognição<sup>18</sup> seria a existência de poderes políticos partilhados entre organismos eleitos para períodos curtos (4 a 5 anos), outros para períodos longos (5 a 15 anos) e outros por períodos muito longos (15 a 50 anos), constituindo um sistema de *governança pluritemporal*.

Volte-se ainda ao atractor *conselho distal* para perguntar até que ponto é que o regime de remuneração dos seus membros não poderá ser aplicado a todos os representantes políticos. Tratar-se-ia de uma *democracia de performance* em que a discussão e a votação, dos cidadãos incidiria sobretudo na escolha dos indicadores em função dos quais os representantes políticos seriam remunerados e compensados socialmente.<sup>19</sup> Isto é, existem também reformas do lado da oferta política (ou seja a nível da estrutura e dinâmica da classe política) que podem ser importantes para minimizar as limitações informativas do eleitor. Aliás, porque não garantir ainda altos níveis de competência especializada na classe política, com um sistema escolar pós-superior que certificasse os diversos níveis de competência de cada candidato especializado em certas matérias específicas de governação?

Antes de continuar, convém relembrar que a apresentação de atractores que aqui se tem feito não pretende obviamente ser argumentativa. Existe a consciência de que se trata de dispositivos que exigiriam análise extremamente complexa quer do ponto de vista funcional, quer filosófico. Análise que aqui não se faz porque apenas se pretende polemizar a ideia de que existem variadíssimas possibilidades de responder ao problema das limitações informativas do eleitor num quadro que, embora consideravelmente novo, não seja antidemocrático.

### **Análise especializada**

Podemos certamente imaginar uma situação ideal em que cada eleitor vota apenas em função de certos assuntos especializados que conhece bem e que consegue avaliar objectivamente. Neste caso, qualquer diminuição da qualidade governativa seria imediatamente penalizada.

Alguns autores (Converse, 1962; Iyengar, 1990) verificaram que, de facto, isto se passa parcialmente na realidade, embora os eleitores sejam também influenciáveis por mensagens sobre outros assuntos com grande visibilidade mediática.

Isto é, na verdade existe uma certa tendência para um *voto especializado*, mas ela não é suficientemente forte para que não se insinuam raciocínios menos informados na análise eleitoral.

Poderá pensar-se que, se todos os eleitores utilizassem análises especializadas puras, então o conjunto dos cidadãos deveria ser considerado totalmente informado e, portanto, totalmente informada e racional e decisão eleitoral.

Esta questão das análises especializadas puras remete evidentemente para a questão da democracia funcional e sistemas de diálogo corporativo, na já longa tradição, de Aristóteles, Hegel, Cole, Weber, Durkheim e, mais actualmente, Schmitter, Heisler, sobretudo Wiarda (1997) e, até certo ponto, Hirst.

A corrente principal do pensamento político actual, por exemplo Dahl e Bobbio, sempre se tem expressado contra o corporativismo. Este esteve recentemente associado a regimes não democráticos, tendo sido o regime de Salazar, em Portugal, a sua mais sofisticada expressão teórica (Wiarda, 1977). Contudo, não se deve necessariamente confundir corporativismo ou corporativismo com opções não democráticas, pois nada obsta, em princípio, à sinergia entre corporativismo e democracia. Contudo, mesmo num quadro de corporativismo democrático existem várias objecções operativas à democracia funcional, nomeadamente:

- mesmo para um eleitor profissional num certo sector de actividade é difícil analisar as políticas sectoriais, pois elas implicam conhecimentos organizacionais e sociais que não são utilizados no exercício das profissões, por exemplo, não se pode esperar que qualquer agricultor esteja imediatamente preparado para efectuar análises técnicas às políticas de estruturação do sector agrícola;
- os interesses corporativos das profissões com maior número de pessoas (e portanto com maior número de votos) poderiam sair beneficiados em detrimento do interesse geral da sociedade e dos consumidores;
- existem cada vez mais questões intersectoriais (macroeconomia, segurança, educação, ambiente, cultura, investigação, comunicações, etc.) que não seriam alvo de devida atenção.

Contudo, parece ser possível organizar um sistema de análise especializada sem incorrer nestas deficiências, desde que:

- as votações incidam sobre assuntos extremamente limitados de forma a que cada grupo especializado de eleitores os possa vir a dominar intelectualmente; está fora de causa que as votações ocorram unicamente segundo grandes sectores (agricultura, indústria, turismo, etc.), elas deverão ocorrer por subsectores, por exemplo no sector têxtil, automóvel, frutícola, ou ainda de forma muito mais especializada e limitada, tanto quanto necessário para que eles sejam apreendidos totalmente pelos eleitores;
- seja assegurada a formação profunda e contínua dos eleitores nas matérias relevantes para a tomada de decisão política;
- se possibilite que para cada assunto em análise existam votações separadas por parte dos profissionais desse assunto e por parte dos consumidores e utentes. As votações seriam organizadas por câmaras (conjuntos) de cidadãos, cada uma referindo-se a um assunto extremamente específico, com uma subcâmara para a “oferta” (profissionais) e outra para a “procura” (consumidores e utentes);
- se possibilite a existência de câmaras simultâneas operando em diferentes níveis de generalidade, de forma a facilitar a coordenação intertemática, e apenas nesta perspectiva, por exemplo, deverá existir uma câmara genérica sobre a educação, mas também câmaras sobre a educação científica, artística e social. Teria nomeadamente de existir uma câmara sobre a distribuição de

fundos públicos para os diversos subsectores, que, seria evidentemente uma câmara crucial. Contudo, não se deve sobrevalorizar esta câmara, pois as questões sindicais e corporativas envolvidas seriam, em grande parte, dirimidas fora dela, segundo as lógicas de negociação corporativa hoje habituais. No seu seio deveria ser sobretudo assegurada a edificação de critérios / contratos de entendimento corporativo a longo prazo, bem como as questões das sinergias e complementaridades;

- manter o sistema de “um homem, um voto”, mas permitir que os cidadãos possam votar simultaneamente em diversas câmaras, desde que demonstrem possuir os conhecimentos respectivos e dentro de um número limite de câmaras para cada eleitor. A combinação com o *voto cognitivo ponderado* poderá também ser realizada em várias modalidades possíveis.

Em suma, é possível pensar num atractor deste tipo (*democracia especializada*) que substitua, parcial ou totalmente, as eleições de massa que hoje existem.<sup>20</sup> Este atractor retiraria toda a sua eficiência do facto de subentender um contrato social tácito mediante o qual os cidadãos se comprometem a estudar profundamente, certas matérias políticas, se os outros também o fizerem. Trata-se de um contrato de divisão social do trabalho de análise política, eventualmente capaz de espoletar importantes investimentos do cidadão na aquisição da informação, quiçá ultrapassando as inibições referidas por Downs.

Note-se, aliás, que no contexto deste cenário de *democracia especializada*, parece ser possível conceber aproximações ao problema da “ditadura da maioria”, equacionado, pelo menos, desde Kant.<sup>21</sup> Num cenário de *democracia especializada* será, em princípio, possível estabelecer regras que limitem a tomada de decisão no caso de não existirem largas maiorias, próximas do consenso. No caso de votação onde se verifique apenas maioria simples, ou absoluta, será de se considerar que existe talvez informação imperfeita e assim reservar tempo adicional para a procura de informação e debate até atingir maiorias mais amplas. A este tipo de princípio poderá chamar-se “votação dinâmica”, constituindo uma “medida motivadora de cognição” (conceito atrás já referido) e subentendendo que a pesquisa, educação, debate e informação não podem ceder absolutamente e por princípio ao pragmatismo do processo de decisão. Haverá, portanto, que repensar o estatuto, absoluto e paradigmático, das decisões por maioria. Evidentemente que nas questões de conflito corporativo este atractor estará muito limitado, pelo menos enquanto não emergirem novas teorizações e valores que regulem a distribuição dos rendimentos, o que, aliás, em princípio também não se pode excluir absolutamente.

### A “demosofia” no contexto da reforma do sistema político

Evidentemente que os atractores referidos não polemizam todo o espectro largo dos vectores de evolução do sistema político democrático. Por exemplo, pouco referem sobre a suavização da imposição da regra da maioria sobre as minorias,

consubstanciada, nomeadamente, na fundamental questão dos direitos dos cidadãos. Nada referem sobre a necessidade de apoiar especialmente as ideias e tendências sociais emergentes (ao que se poderá chamar tolerância activa). Talvez este tipo de preocupações, mais filosófico/igualitárias e menos processuais/cognitivas do que as expressas nos anteriores conceitos de “demosofia”, venham mesmo a ser as dominantes na evolução da democracia. Inclusive talvez a ideia de tolerância activa seja das ideias de filosofia política mais significativas para as actuais sociedades de mudança rápida. De facto, a dialéctica agressiva entre o “novo” e o “velho”, que coexistem e competem, pode ser a origem das principais contradições da sociedade de evolução rápida que é a nossa, obrigando a uma reconsideração política do hegelianismo e a um repensar, ainda mais amplo, da democracia moderna.

Aliás, as recentes investigações interculturais trazem dados importantes para compreender como a intolerância passiva (entendida aqui simplesmente como sendo o contrário da tolerância activa) pode ser um grave obstáculo ao desenvolvimento político, nomeadamente o “demosófico”, em países com forte aversão à inovação, como a Grécia, Portugal e Guatemala (Hofstede, 1980 e 1991).

Evidentemente muitas outras questões haveria também a ter em consideração para um repensar global do sistema político. Em suma, os atractores demosóficos aqui expressos não podem deixar de voltar a ser pensados num quadro político, filosófico e cultural mais vasto do que o quadro processual aqui analisado, não obstante parecerem possuir, desde já, um valor heurístico considerável.

### **Informação e reforma do regime democrático: conclusão**

A complexidade e ritmo de mudança das sociedades actuais parece requerer uma governação extremamente especializada, baseada numa constante actualização da informação. Provavelmente, tornar-se-á, pois, cada vez mais difícil aos eleitores poderem analisar a qualidade efectiva das políticas. O cenário de satisfação com a forma actual da democracia (Fukuyama) não resiste à constatação de um “fosso de confiança” (Lipset, 1983) entre classe política e eleitores, que, aliás, parece não poder deixar de existir a não ser que se promovam novas relações entre eleições e informação. Esta “fractura democrática”, entre o cidadão e a informação que é necessária para analisar a qualidade das políticas, parece exigir uma profunda reforma do processo democrático, embora mantendo e até potencializando o espírito igualitarista e participativo da democracia.

Neste contexto, parece prefigurar-se a necessidade de um desenvolvimento paradoxal da democracia, orientado-se no sentido das críticas “populistas” à democracia (através de uma maior descentralização, geográfica mas também sectorial, bem como de maior participação directa: *democracia especializada, voto fiscal, escola crítica do cidadão*, etc.) e, simultaneamente, orientado-se no sentido das críticas “elitistas” (com uma série de mecanismos de ampliação, participação e controlo mútuo de elites: *constituição informacional, conselho distal, democracia de performance*, etc.).

Sendo racionais alterações profundas no regime político actual, é de colocar a hipótese de que pode residir aí parte fundamental da resposta aos problemas sociais e económicos das sociedades actuais. Neste quadro de *democracia cognitiva*, ou “demosofia”, parece possível encontrar os melhores processos informativos de conjugar interesses divergentes, tanto quanto possível, bem como de assegurar a expressão de novos interesses emergentes, correspondendo a dinâmicas de evolução qualitativa global, de foro social e económico.

## Notas

- 1 Para uma visão geral mais recente sobre esta questão do baixo nível de informação dos eleitores, ver Delli Carpini e Keeter (1995). Curiosamente a introdução das questões da informação nos conceitos centrais da teoria económica parece ser posterior ao tratamento desta questão nas ciências políticas. Só desde os artigos de Paul Romer (1986, com base na sua tese de doutoramento de 1983) e Lucas (1988, com base nos seus estudos sobre Marshall, em 1985) é que se começou a falar insistentemente de uma “nova teoria do crescimento económico” preocupada com estas questões. Embora, pelo menos, desde os trabalhos de Arrow (o orientador do trabalho de Downs) esta fosse uma questão importante para a teoria económica.
- 2 Para panorâmica geral desta literatura, veja-se Ferejohn e Kuklinski, 1990; Grofman, 1995.
- 3 Contudo, é preciso ter em consideração que os eleitores podem não se lembrar das posições dos candidatos, embora tenham tido delas consciência para formar a sua decisão de voto. Como Lodge, Steenbergen e Brau (1995) mostram.
- 4 Para uma discussão geral da heurística, ver Kahneman, Slovic e Tversky, 1982; Sherman e Corty, 1984.
- 5 Quando se analisa esta questão da eficácia da globalidade dos eleitores apesar de cada um deles não ser eficaz (do ponto de vista da obtenção e utilização da informação), é muitas vezes referido o “teorema do júri” de Condorcet (Condorcet, 1785; Black, 1958; Grofman, 1975, 1978, 1980; Urken, 1980; Grofman, Owen e Feld, 1983, Miller, 1986). Note-se, contudo, que ao utilizar este teorema não se está a estudar a questão da especialização dos eleitores, que é um caso especial de eficácia global quando cada uma das partes não está informada globalmente. Este teorema apenas mostra que basta que a probabilidade de cada eleitor tomar uma decisão certa seja superior a 50%, para que o conjunto de eleitores tenha uma probabilidade quase total de acertar. Isto na condição de o grupo de eleitores ser muito grande. Mas é claro que quando um eleitor sabe muito pouco sobre um problema a probabilidade de acertar sobre quais as medidas políticas correctas para resolver esse problema são muito mais baixas do que 50%. Tal não ocasiona boas decisões do grupo (pelo contrário, segundo o mesmo teorema, assegura que o grupo quase sempre se engane), o que evidentemente não estimula o aparecimento de partidos e candidatos com posições inovadoras correctas.
- 6 *Benchmarking* — técnica de gestão de organizações que se pode definir como sendo um “processo contínuo e sistemático de avaliação de produtos, serviços e processos

- de trabalho, de organizações que reconhecidamente praticam as melhores técnicas, com a finalidade de aprendizagem e melhoria organizacional” (Spendolini, 1992).
- 7 O significado do neologismo “constituição informacional” pode expressar-se dizendo que se tratará de um documento político de carácter constitucional (consubstanciando, portanto, um acordo multipartidário, de “regime”), no qual serão definidos os indicadores socioeconómicos objectivos (e seus métodos de cálculo) que expressem o nível de desenvolvimento de um país. Evidentemente que as governações passariam, assim, a ter como objectivo primordial promover um desenvolvimento que se pudesse avaliar objectivamente por esses indicadores. A tendência para a criação destes mecanismos parece estar patente na utilização actual de uma série de indicadores deste tipo em estudos de desenvolvimento económico e social. Indicadores sobre a componente de crescimento económico sustentado podem ser exemplificados em IMD (1998), bem como outros mais gerais em PNUD (1998).
- 8 Define-se aqui avaliação eleitoral automática como sendo a avaliação sobre a qualidade das governações que os eleitores poderiam fazer através do conhecimento dos valores expresso pelos indicadores explicitados na referida constituição informacional.
- 9 Em geral, sobre o conceito de atractor convirá ainda deixar aqui a seguinte nota adicional, embora sem pretender uma absoluta clarificação do estatuto deste conceito. Um atractor deve ser descrito de uma forma tal que verter uma sua descrição num texto legislativo ou executivo deve ser evidente, não levantando, pois, grandes dúvidas interpretativas. Um atractor não deve também fazer supor que existirá uma forte reacção contrária à sua implementação de parte da maioria da população. Deve ainda constituir resposta a um problema social bem delimitado. Assim “nomear um ditador esclarecido para resolver todos os problemas sociais ou “implementar a igualdade social absoluta” caem claramente fora do conceito de atractor. Este tenta consubstanciar uma certa modéstia prospectiva e um afastamento de um iluminismo utopista, subentendendo que cada atractor dificilmente se realizará eventualmente no futuro, tal como previsto. O conceito de atractor baseia-se na “convicção débil” (no sentido que Vatimo, 1988, dá ao conceito de “convicção débil”) de que algumas das suas características específicas bastarão para contribuir decisivamente para resolver o problema, quiçá em combinação com vários outros atractores, embora, *a priori*, seja especialmente difícil saber exactamente quais das suas características se tornarão uma realidade. Cada atractor é apenas como uma referência heurística para imaginar a evolução social. A designação “atractor” pretende ser uma metáfora sobre o poder de este tipo de propostas arrastarem no seu sentido a evolução da situação real. Reconhece-se, aliás, que existem certas contradições e sobreposições entre atractores, sendo necessário vir a encontrar equilíbrios entre as suas implementações. Cada atractor arrastará a evolução social em sentido um pouco diferente de outros e, eventualmente, tenderá a sobrepor-se a outros e a transformá-los. Não fosse esta modéstia prospectiva, implícita no conceito, talvez fosse melhor usar a designação “utensílio social” em alternativa.
- 10 Tratar-se-ia de empresas constituídas para concorrer a eleições a nível de

autarquias, ou outros em pé de igualdade com os partidos políticos. De alguma forma, tal configuração parece emergente na existência actual de partidos regionais, de um mercado de serviços, a nível do planeamento regional e gestão de entidades públicas, bem como nas características dos campos de actividade progressivamente descentralizados para as autarquias. De facto, nesses campos os conflitos sindicais e corporativos têm menos importância do que na gestão política a nível nacional, havendo, pois, maior peso das questões tecnocráticas da governação.

- 11 Dir-se-á que um voto é cognitivamente ponderado quando o seu peso, na contagem dos votos sobre um certo tema ou certa eleição, é função do nível de conhecimento de cada eleitor sobre esse tema. Isto é, quanto maior o conhecimento de um dado eleitor sobre um dado tema, maior peso teria o seu voto. Este tipo de práticas parecem, de alguma forma, embora algo distante, prefiguradas, sobretudo, no sistema de sondagens deliberativas (que será abordado mais adiante), bem como, embora bastante menos, no progressivo diálogo entre estado e organizações não governamentais, que são, muitas vezes, verdadeiros centros de competências (caso das organizações ambientais). A este título ver Hirst (1994), Brachet (1994) e Colman (1989). Na prática é como se os cidadãos envolvidos nesses centros de competências tivessem maior peso sobre a condução das políticas. O voto cognitivo ponderado consubstanciaria, formal e muito mais acentuadamente, estes tipos de dinâmicas.
- 12 Como referido por Stewart (1994). Um conjunto de cidadãos é escolhido aleatoriamente para ser uma espécie de júri conselheiro das actividades da administração pública.
- 13 *Deliberative polling*, aqui traduzido por “sondagem deliberativa”, é uma marca registada de James S. Fishkin.
- 14 Uma escola crítica do cidadão seria um organismo que, a pedido de qualquer cidadão sobre cada tema da agenda política, forneceria a informação sobre todas as disciplinas e matérias necessárias para este compreender cabalmente cada tema da agenda política. Esta “escola” forneceria também informação sobre as diversas perspectivas em confronto. Evidentemente existem diversos níveis de informação sobre cada tema, bem como várias formas de abordagem, conforme os antecedentes culturais e educativos de cada cidadão. Nas formas mais profundas, a informação fornecida por esta “escola” assumiria a forma de cursos temáticos, de dimensão variável. Este tipo de acesso informativo, eventualmente a fornecer pelas diversas forças políticas e pelo mercado de informação, parece, de alguma maneira, prefigurada, em termos de viabilidade e interesse, no jornalismo especializado, bem como em certo tipo de informação contida na internet, fazendo a relação (através de *links*) entre assuntos da agenda política e as informações de base para os entender mais cabalmente.
- 15 O conceito de voto fiscal expressa a possibilidade normativa de os cidadãos decidirem, directamente e cada um isoladamente, sobre a aplicação dos seus impostos. Mais concretamente, tratar-se-ia de possibilitar que uma certa percentagem dos impostos fosse passível deste modo de gestão. A possibilidade, já hoje existente, de efectuar deduções fiscais em função de doações sociais e

mecenato, prefigura, de forma muito próxima, um voto fiscal exercido pelos "mecenas". Note-se ainda que no caso de estas doações serem veiculadas para associações ou entidades de cariz idêntico, esta seria uma forma interessante de apoiar tais entidades (uma espécie de mercado associativo, em que os mecenas constituem a "procura" e as associações a "oferta" de serviços sociais), em alternativa a subsídios do estado. Santos (1998) fala de "fiscalidade participativa", embora aparentemente sem relacionamento com a sua prefiguração actual, sem intenções de promoção da motivação para a obtenção de informação, nem cuidados respectivos sobre a capacitação informativa do cidadão para efectuar o voto fiscal.

- 16 Dir-se-á que existe autonomia ideológica quando um grupo derrotado numa eleição pode gerir parte importante do poder em causa nessa eleição. Por exemplo, supondo que se trata das eleições para uma autarquia com um orçamento anual de um milhão de milhares de escudos, o partido político derrotado nas eleições que tivesse, por exemplo, 30% dos votos poderia gerir, de forma autónoma, 10 a 15% (ou outra percentagem, próxima ou inferior, a 30% dos votos) de um milhão de milhares de escudos. A tendência para este tipo de autonomia parece prefigurada no ambiente cultural geral de tolerância e coexistência, por exemplo, no que é relativo a estilos de vida até há bem pouco tempo reprimidos porque considerados transgressores. A descentralização progressiva do estado, ocasionando, cada vez mais, que diversos partidos políticos partilhem o poder nas diversas instâncias geográficas (um partido pode deter a governação nacional mas existirem muitas autarquias governadas por outros partidos, etc.), de alguma forma também prefigura uma tendência de convivência e partilha de poder com as "oposições" políticas.
- 17 Dir-se-á que um mecanismo monitor do sistema político é aquele que efectua crítica à globalidade do sistema político, propõe reformas, expressa críticas e planifica acções não expressas pelos partidos políticos. A tendência para este tipo de mecanismo parece prefigurada, de forma embrionária, na importância crescente, na decisão eleitoral, das organizações de comunicação social, da actividade crítica e questionadora dos seus actores e dos espaços mediáticos que lhe estão associados. A existência de um conselho de monitorização (semelhante ao conselho distal) seria, pois, a formalização e acentuação desta tendência, conjugando-a com a necessidade de aprofundar a análise das questões estruturais e complexas, de efeitos a longo prazo.
- 18 Em geral, a minimização dos problemas de falta de informação do cidadão pode ser abordada segundo três vertentes complementares: 1) a promoção do acesso à informação pelos cidadãos; 2) a criação de motivação para este aceder à informação (caso do voto fiscal), isto é, "medidas motivadoras de cognição"; 3) a criação de mecanismos que compensem a existência de falha informativa geral do eleitor, tratando-se neste caso de "mecanismos compensatórios de incognição" (caso de certas actividades do conselho distal).
- 19 Dir-se-á que existe democracia de performance quando os detentores de cargos de representação política tiverem as suas remunerações, compensações e progresso de carreira dependentes, directa e matematicamente, da evolução de indicadores objectivos dos efeitos da sua actividade, definidos na já referida constituição

- informativa ou de outra maneira. Esta democracia de performance parece prefigurada, embora de forma ainda distante dos cargos políticos, em sistemas de *performance related pay* (remuneração em função do desempenho — Armstrong, 1991: 211-236) e no avanço de mecanismos de modernização e avaliação da administração pública (Osborn, 1992; Osborn 1997; OECD, 1994; OECD, 1997).
- 20 Dir-se-á que existirá democracia especializada quando os eleitores votarem de forma sistemática e periódica não só em instâncias definidas geograficamente (Parlamento Europeu, eleições nacionais, autarquias), mas, de igual modo, em instâncias temáticas (sector têxtil, pescas, pecuária, ou temas ainda mais detalhados do que estas exemplificações) existentes dentro de cada uma das instâncias geograficamente definidas. Por exemplo, a nível concelhio, poderia existir votação para escolha de uma política educativa, para a definição de uma política desportiva, etc. Cada uma destas eleições teria de ser baseada em amplos debates, sessões de informação e trabalho continuado de grupos de cidadãos, dedicados a dominar intelectualmente cada um destes temas. Estes grupos constituiriam câmaras eleitorais especializadas, com existência contínua. A tendência para a democracia especializada parece prefigurada no aumento do diálogo e das parcerias entre estado e organizações não governamentais (Hirst, 1994; Gidron, 1992; Colman, 1989; Brachet, 1994), muitas delas de carácter sectorial, para a definição de políticas.
- 21 Entre as três formas de governo, a democracia, no sentido absoluto do termo, é necessariamente um despotismo (Kant, 1983: 114).

### Referências bibliográficas

- Almond, Gabriel A., e Sidney Verba (1963), *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton, Princeton University Press.
- Aristóteles (1977), *Tratado da Política*, Lisboa, Ed. Europa-América.
- Armstrong, M., e Murlis (1991), *Reward Management*, Londres, Kogan Page.
- Arrow, K. (1971), *Economics of Information and Knowledge*, editado por D. M. Lambertson, Harmondsworth, Penguin.
- Arrow, K. (1984), *Collected Papers of K. J. Arrow — The Economics of Information*, Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press.
- Berelson, Bernard R., Paul F. Lazarsfeld e William N. McPhee (1954), *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*, Chicago, University of Chicago Press.
- Black, Duncan (1985), *The Theory of Committees and Elections*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bloom, Howard S. e H. Douglas Prie (1975), "Voter response to short-run economic conditions: the asymmetric effect of prosperity and recession", *American Political Science Review*, 69, 1240-1254.
- Bobbio, Norberto (1987), *The Future of Democracy*, Londres, Cambridge.
- Bodenhausen, Galen V., e Meryl Lichtenstein (1987), "Social stereotypes and information-processing strategies: the impact of task complexity", *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 871-880.

- Bodenhausen, Galen V., e Robert S. Wyer, Jr. (1985), "Effects of stereotypes on decision making and information-processing strategies", *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 267-282.
- Brachet, Philippe (1994), *Le Partenariat de service public*, Paris, L'Harmattan.
- Campbell, Angus, Philip E. Converse, Warren E. Miller e Donald E. Stokes (1960), *The American Voter*, Nova Iorque, John Wiley.
- Cole, G. D. H. (1980), *Guild Socialism Re-Stated*, New Brunswick, Transaction Books.
- Collier, Keneth E., Richard D. McKelvey, Peter Ordeshook e Keneth C. Williams (1987), "Retrospective voting: an experimental study", *Public Choice*, 53, 101-130.
- Colmen, William G. (1989), *State and Local Government Public-Private Partnerships*, Londres, Greenwood.
- Condorcet, Marquis de (1785), *Essai sur l'application de l'analyse à la probabilité des décisions rendues à la pluralité des voix*, Paris.
- Converse, Philip E. (1962), "Information flow and the stability of partisan attitudes" *Public Opinion Quarterly*, 26, 578-599.
- Converse, Philip E. (1990), "Popular representation and the distribution of information", in *Information and Democratic Processes*, John A. Ferejohn e James H. Kulinski (eds.), University of Illinois Press.
- Dahl, Robert A. (1985), *A Preface to Economic Democracy*, Cambridge, Polity Press.
- Dahl, Robert A. (1989), *Democracy and its Critics*, Londres, Yale University Press.
- Delli Carpini, Michael e Scott Keeter (1995), *What Americans Know about Politics and Why it Matters*, New Haven, Yale University Press.
- Downs, Anthony (1957), *An Economic Theory of Democracy*, Harpercollins College Div.
- Durkheim, Emile (1957), *Professional Ethics and Civic Morals*, Londres, Routledge.
- Ferejohn, J. A. e J. H. Kulinski (orgs.) (1990), *Information and Democratic Processes*, Chicago, University of Illinois Press.
- Fiorina, Morris P. (1981), *Retrospective Voting in American National Elections*, New Haven, Yale University Press.
- Fishkin, J. S. (1993), *Democracy and Deliberation*, New Haven, Yale University Press.
- Fishkin, J. S. (1995), *The Voice of the People*, New Haven e Londres, Yale University Press.
- Fukuyama, Francis (1992), *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva.
- Gidron, Benjamin, Ralph Kramer e Lester Salomon, *Government and the Third Sector*, São Francisco, Jossey-Bass.
- Glazer, Amihai, e Bernard Grofman (1989), "Why representatives are ideologists though voters are not", *Public Choice*, 61, 29-39.
- Grofman, Bernard (1975), "A comment on democratic theory: a preliminary mathematical model", *Public Choice*, 21, 99-104.
- Grofman, Bernard (1978), "Judgmental competence of individuals and groups in a dichotomous choice situation: is a majority of heads better than one?", *Journal of Mathematical Sociology*, 6, 47-60.
- Grofman, Bernard (1980), "A preliminary model of jury decision-making", in *Frontiers of Economics*, ed. Gordon Tullock Blacksburg, VA, Center for the Study of Public Choice, Vol. 3, 98-110.
- Grofman, Bernard (org.) (1995), *Information, Participation and Choice*, Michigan, University of Michigan.

- Grofman, Bernard, e Barbara Norrander (1990), "Efficient use of reference group cues in a single dimension", *Public Choice*, 64, 213-27.
- Grofman, Bernard, Guillermo Owen e Scott L. Feld (1983), "Thirteen theorems in search of the truth", *Theory and Decision*, 15, 213-24.
- Grofman, Bernard, e Julie Withers (1995), "Information-pooling models of electoral politics", in *Information, Participation and Choice*, Bernard Grofman ed., The University of Michigan Press.
- Hegel, G. W. F. (1967), *Philosophy of Right*, trad. T. M. Knox, Londres, Oxford University Press.
- Heisler, Martin (org.) (1974), *Politics in Europe: Structures and Processes in Some Postindustrial Democracies*, Nova Iorque, McKay.
- Hirst, Paul Q. (1994), *Associative Democracy*, Cambridge, Polity Press.
- Hirst, Paul Q. (1996), "Democracy and civil society", in *Reinventing Democracy*, Hirst, P. e Sunil Khilnani (orgs.), Oxford, Blackwell Publishers.
- Hofstede, Geert (1980), *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*, Beverly Hills CA, Sage Publications.
- Hofstede, Geert (1991), *Cultures and Organizations — The Software of the Mind*, Reino Unido, McGraw-Hill International.
- IMD — Institute of Management Development (1998), *World Competitiveness Yearbook*, Lausana, IMD ([http://www.imd.ch/wcy/wcy/on\\_line.html](http://www.imd.ch/wcy/wcy/on_line.html)).
- Iyengar, Shanto (1990), "Shortcuts to political knowledge: the role of selective attention and acessibility", in *Information, Participation and Choice*, Bernard Grofman ed., The University of Michigan Press.
- Kahneman, Daniel, Paul Slovic e Amos Tversky (orgs.) (1982), *Judgement Under Uncertainty: Heuristics and Biases*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Kant, I. (1983), *Perpetual Peace and Other Essays on Politics, History and Morals*, Indianapolis e Cambridge.
- Key, V. O., Jr. (1996), *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting (1936-1960)*, Cambridge, Harvard University Press.
- Kinder, Donald R., e Robert P. Abelson (1981), "Appraising presidential candidates: personality and affect in the (1980) campaign", comunicação apresentada na reunião anual da *American Political Science Association*, Nova Iorque, Setembro, 3-6.
- Kinder, Donald R., e David O. Sears (1985), "Public opinion and political action", in Gardner Lindzey e Elliot Aronson (eds.), *Handbook of Social Psychology*, Vol. 2, 3.<sup>a</sup> ed. Nova Iorque, Random House.
- Kramer, Gerald H. (1971), "Short-term fluctuaction in US voting behavior 1896-1964", *American Political Science Review*, 65, 131-143.
- Kulinski, James H., Daniel S. Metlay e W. D. Kay (1982), "Citizen knowledge and choices on the complex issue of nuclear energy", *American Journal of Political Science*, 26, 616-642.
- Lane, Robert E. (1996), "Losing touch in a democracy", in *Elitism, Populism and European Politics*, Jack Hayward (ed.), Oxford, Clarendon Press, 47-48.
- Lawson, K., e P. Merkl (1988), *When Parties Fail: Emerging Alternative Organizations*, Príncipeon, Princeton University Press.
- Lipset, Seymour Martin (1960), *Political Man*, Londres, Heinemann.
- Lipset, Seymour Martin, e William Schneider (1983), *The Confidence Gap: Business, Labor and Government in the Public Mind*, Nova Iorque, Free Press.

- Lodge, Milton, Marco R. Steenberg e Shawn Brau (1995), "The responsive voter: campaign information and the dynamics of candidate evaluation", *American Political Science Review*, 89, 309-326.
- Lucas, R. E., (1988) "On the mechanics of economic development" *Journal of Monetary Economics*, Julho, 3-24.
- Mckelvey, Richard D., e Peter C. Ordeshook (1984), "Rational expectations in elections: some experimental results based on a multidimensional model", *Public Choice*, 44, 61-102.
- Mckelvey, Richard D., e Peter C. Ordeshook (1985), "Sequential elections with limited information", *American Journal of Political Science*, 29, 480-512.
- Mckelvey, Richard D., e Peter C. Ordeshook (1986), "Sequential elections with limited information: a formal analysis", *Social Choice and Welfare*, 3, 199-211.
- Mckelvey, Richard D. e Peter C. Ordeshook (1987), "Elections with limited information: a multidimensional model", *Mathematical Social Science*, 14, 77-99.
- Mckelvey, Richard D., e Peter C. Ordeshook (1990), "Information and elections: retrospective voting and rational expectations", in John A. Ferejohn e James H. Kulinski (eds.), *Information and Democratic Processes*, University of Illinois Press.
- Michels, Robert (1941), *Political Parties*, Free Press.
- Miller, Nicholas R. (1986), "Information, electorates, and democracy: some extensions and interpretations of the condorcet jury theorem", in *Information Pooling and Group Decision Making*, ed. Bernard Grofman e Guillermo Owen, Westport, CT, JAI Press, 175-94.
- Mosca, Gaetano (1959), *Ruling Class*, McGraw-Hill.
- Mosca, Gaetano (1975), *Parties and Labour Unions in the Crisis of the Parliamentary Regime*, Ayer Co. Pub.
- OECD (1994), *Performance Management in Government*.
- OECD (1998), *In Search of Results*.
- Osborne, David, e T. Gaebler (1992), *Reinventing Government*, Nova Iorque, Plume.
- Osborne, David (1997), *Banishing Bureaucracy*, Nova Iorque, Plume.
- Peterson, Merrill D. (1975), *The Portable Thomas Jefferson*, Nova Iorque, Viking Press.
- Philipponneau (1981), *Décentralisation et régionalisation*, Paris, Calmann-Lévy.
- Platon (1993), *La République*, Paris, Gallimard.
- Popkin, Samuel, John W. Gorman, Charles Phillips e Jeffrey A. Smith (1976) "Coment: what have you done for me lately? toward an investment theory of voting", *American Political Science Review*, 70, 779-805.
- Popkin, Samuel (1995), "Information shortcuts and the reasoning voter", in *Information, Participation and Choice*, Grofman, B. (ed.), Michigan, University of Michigan.
- PNUD (1998), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa, Trinova.
- Romer, P. (1986) "Increasing returns and long term growth." *Journal of Political Economy*, Outubro, 1002-37.
- Romer, P. (1991) "International trade with endogeneous technological change", *European Economic Review*, 35, 971-1004.
- Romer, P. (1994), "The origins of endogenous growth", *The Journal of Economic Perspectives*, Inverno.
- Santos, Boaventura (1998), *Reinventar a Democracia*, Fundação Mário Soares, Lisboa, Gradiva Publicações.
- Sartori, G. (1987), *The Theory of Democracy Revisited*, Chatam House Pub.

- Schmitt, Carl (1985), *The Crisis of Parliamentary Democracy*, Londres, Cambridge.
- Schmitter, Philippe C. (1974), "Still the century of corporatism", *The Review of Politics*, 36 (Janeiro), 85-131.
- Schumpeter, Joseph (1943), *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, George Allen & Unwin.
- Shanks, J. Merrill, e Warren E. Miller (1985), "Policy direction and performance evaluation: complementary explanations of the Reagan elections", comunicação apresentada na reunião anual da *American Political Science Association*, Nova Orleães.
- Sherman, Steven J., e Eric Corty (1984), "Cognitive heuristics", in Robert S. Wyer, Jr. e Thomas K. Srull (eds.), *Handbook of Social Cognition*, Vol. 1, Hillsdale, Lawrence Erlbaum.
- Spendolini, Michael J. (1992), *Benchmarking*, Nova Iorque, Amacom.
- Stewart, J. (1994), *Citizen's Juries*, Londres, IPPR.
- Stewart, J. (1996), "Democracy and local government", in *Reinventing Democracy*, Hirst, P., e Khilnani, S. (eds.), Mass., Cambridge, Blackwell Pub.
- Teske, Paul, Mark Schneider, Michael Mintrom e Samuel Best (1993), "Establishing the micro foundations of a macro theory: information, movers, and the competitive local market for public goods", *American Political Science Review*, 87, 702-13.
- Teske, Paul, Mark Schneider, Michael Mintrom e Samuel Best (1995), "The Empirical Evidence for Citizen Information and a Local Market for Public Goods", *American Political Science Review*, 89, 705-9.
- Troper, Michael (1995), "Montesquieu", *Dictionnaire des oeuvres politiques*, Chatelet, Duhamel, Pisier (eds.), Paris, PUF.
- Tversky, Amos, e Daniel Kahneman (1973), "Availability: a heuristic for judging frequency and probability", *Cognitive Psychology*, 5, 207-232.
- Urken, Arnold B. (1980), "Competences and the choice of a voting system", comunicação apresentada na reunião anual do *American Political Science Association Meeting*, Washington DC, Setembro.
- Vatimo, Gianni (1988), *As Aventuras da Diferença*, Lisboa, Edições 70.
- Weber, Max (1964), *The Theory of Social and Economic Organisation*, Nova Iorque, Free Press.
- Wiarda, Howard J. (1977), *Corporatism and Development: The Portuguese Experience*, Amherst, University of Massachusetts.
- Wiarda, Howard J. (1997), *Corporatism and Comparative Politics — The Other Great "Ism"*, Nova Iorque, M. E. Sharpe.
- Williams, Kenneth (1994), "Sequential elections and retrospective voting: some laboratory experiments", *Journal of Theoretical Politics* 6, 239-55.
- Wright, Antony (1993), *Citizens and Subjects*, Londres, Routledge.